

TATYANE FREITAS NOVAIS

**ATENDIMENTO PSICOLÓGICO AO SURDO:**  
A INCLUSÃO DO SURDO NO PROCESSO TERAPÊUTICO  
NA CLÍNICA

TATYANE FREITAS NOVAIS

**ATENDIMENTO PSICOLÓGICO AO SURDO:**  
**A INCLUSÃO DO SURDO NO PROCESSO TERAPÊUTICO**  
**NA CLÍNICA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade Pitágoras de  
Teixeira de Freitas, como requisito parcial  
para a obtenção do título de graduado em  
Psicologia.

Orientadora: Amanda Mattos

Teixeira de Freitas  
2022

TATYANE FREITAS NOVAIS

**ATENDIMENTO PSICOLÓGICO AO SURDO:  
A INCLUSÃO DO SURDO NO PROCESSO TERAPÊUTICO  
NA CLÍNICA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade Pitágoras de  
Teixeira de Freitas, como requisito parcial  
para a obtenção do título de graduado em  
Psicologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

---

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

---

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

Teixeira de Freitas, dia de mês de 2022.

Dedico este Trabalho aos Surdos,  
estrangeiros em seu próprio país.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas.

À minha família, em particular à minha irmã, Dianne, e ao meu pai, José Neto, pelo apoio, por acreditarem e torcerem por mim, por todo amor.

Em especial, sou grata à minha mãe, Joana Angélica, que sempre esteve ao meu lado, cuidando de mim, torcendo sempre por mim, abrindo mão de inúmeras coisas, quando necessário, para me ver bem. Nenhuma palavra seria suficiente para descrever minha imensa gratidão.

Ao meu namorado, Leandro, meu grande incentivador e companheiro, que também sempre acreditou no meu potencial e muito me inspirou. Me acompanhou nos melhores momentos, vibrando comigo, e nos piores momentos, me dando força e apoio, além de todo amor e carinho.

Aos meus professores do curso de Psicologia, que contribuíram grandemente com todo o conhecimento adquirido até aqui. À tutora de TCC Amanda Mattos, por toda orientação nesse processo.

À minha amiga de infância e também colega de curso, Sarah, grande parceira ao longo desses anos de estudo, que dividiu comigo tristezas, medos e preocupações, mas também alegrias e conquistas. Me incentivou e também acreditou muito em mim. Também sou grata aos demais colegas do curso; turma incrível, que me proporcionou trocas enriquecedoras.

À Jane Luciana, atualmente intérprete de Libras, além de outras formações. A primeira pessoa a me apresentar à cultura surda. Meu primeiro curso de Libras aconteceu a partir dela.

Aos surdos que conheci e acompanhei nos últimos tempos, que me ensinam e inspiram tanto.

NOVAIS, Tatyane Freitas. **Atendimento psicológico ao surdo**: A inclusão do surdo no processo terapêutico na clínica. 2022. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Psicologia – Faculdade Pitágoras, Teixeira de Freitas, 2022.

## **RESUMO**

A falta de inclusão do surdo nos mais diversos âmbitos tem sido um grande desafio ao longo da história, devido às barreiras socioculturais. Considerando a falta de acessibilidade ainda nos dias atuais, até mesmo no contexto da psicologia clínica, tendo em vista a necessidade do acesso de todo indivíduo à psicoterapia, surgiram questionamentos sobre como adequar o atendimento psicológico clínico para pacientes surdos. Assim, este trabalho buscou compreender o indivíduo surdo e a cultura surda, bem como suas possíveis demandas afetivas e, ainda, as adequações necessárias da psicoterapia, levando em conta recursos, estratégias e preparo, para inclusão do surdo em um atendimento de qualidade. Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo e descritivo. Portanto, este estudo é relevante por buscar conhecer mais acerca do assunto, além de levar à reflexão da necessidade de profissionais aptos para psicoterapia com surdos e de como os psicólogos ou estudantes de psicologia podem se preparar para oferecer um atendimento adequado e eficaz.

**Palavras-chave:** Psicoterapia clínica. Surdo. Cultura surda. Inclusão. Adequação.

NOVAIS, Tatyane Freitas. **Psychological care for the deaf**: The inclusion of the deaf in the therapeutic process in the clinic. 2022. 30f. Course Final Paper Graduation in Psychology – Faculdade Pitágoras, Teixeira de Freitas, 2022.

### **ABSTRACT**

The lack of inclusion of the deaf in the most diverse areas has been a great challenge throughout history, due to sociocultural barriers. Considering the lack of accessibility even today, even in the context of clinical psychology, given the need for every individual to have access to psychotherapy, questions have arisen about how to adapt clinical psychological care for deaf patients. Thus, this work sought to understand the deaf individual and the deaf culture, as well as their possible affective demands, and also the necessary adaptations of psychotherapy, taking into account resources, strategies and preparation, for the inclusion of the deaf in quality care. For the development of this work, a qualitative and descriptive bibliographic research was carried out. Therefore, this study is relevant because it seeks to know more about the subject, in addition to leading to reflection on the need for professionals capable of psychotherapy with the deaf and on how psychologists or psychology students can prepare to offer adequate and effective care.

**Keywords:** Clinical psychotherapy. Deaf. Deaf culture. Inclusion. Adequacy.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais



## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2. O INDIVÍDUO SURDO, IDENTIDADES E CULTURA SURDAS</b>	<b>11</b>
<b>3. DEMANDAS AFETIVAS DO SURDO</b>	<b>15</b>
<b>4. ADEQUAÇÕES DA PSICOTERAPIA CLÍNICA PARA SURDOS</b>	<b>20</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>27</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Psicologia é a ciência e profissão que estuda e trata os comportamentos e processos cognitivos do ser humano. No espaço clínico, através da psicoterapia, o psicólogo utiliza técnicas e teorias para promover saúde mental, bem-estar psicológico, alívio de sofrimentos, bem como o tratamento de transtornos mentais, sendo que o instrumento principal do psicólogo é a escuta. No entanto, ao refletir sobre a possibilidade de indivíduos com surdez buscarem pelo serviço do psicólogo clínico, surgiu o questionamento de como se dá o atendimento psicológico para tais indivíduos.

Os surdos, embora façam parte de um grupo minoritário da população brasileira, é um grupo consideravelmente grande, visto que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), constatou-se o total de 9.717.318 de pessoas com deficiência auditiva no Brasil. Dentre estas, há diferentes graus de surdez, bem como modalidades diferentes de comunicação, além de outras especificidades sócio históricas e culturais dos indivíduos surdos. Portanto, observa-se a necessidade de a psicologia voltar o olhar para a comunidade surda e suas peculiaridades.

Nesse sentido, buscou-se compreender se a forma como ocorre a psicoterapia para surdos é a mesma que para ouvintes, ou se existem estratégias, recursos e preparos específicos a serem utilizados para uma intervenção de qualidade, isto é, se há um atendimento adequado, levando em conta as características e necessidades de pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

Portanto, no decorrer deste trabalho, o principal objetivo foi compreender a adequação do atendimento psicológico clínico com surdos. Para isto, fez-se necessário primeiramente conhecer o indivíduo surdo, as identidades e cultura surdas, bem como compreender suas possíveis demandas afetivas, considerando suas especificidades, para enfim ter clareza das necessidades de adequações da psicoterapia para surdos.

Para realização desta pesquisa de caráter descritivo e qualitativo, foram feitas descrições de bibliografias revisadas, como artigos, livros, sites, revistas, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. A revisão bibliográfica seguiu

critérios em sua busca, de modo a se delimitar apenas em assuntos relacionados à psicologia clínica e comunidade surda.

Assim sendo, para discorrer sobre o assunto em questão, a pesquisa foi dividida em três capítulos, cujo primeiro se refere ao indivíduo surdo, considerando sua história, permeada de discriminação, preconceitos e exclusão, lutas por direitos, inclusão e acessibilidade, lutas estas que, apesar das conquistas, permanecem nos dias atuais, assim como características culturais, como uma língua própria reconhecida por lei. Logo após, buscou-se apresentar e compreender algumas demandas afetivas do paciente surdo, levando em conta dificuldades sociais, emocionais, familiares, além de outros fatores, os quais na maioria dos casos estão relacionados à surdez. Por último, foram discorridas as necessidades de adequações da psicoterapia clínica para surdos, pensando no preparo profissional, na relação entre psicólogo e paciente surdo, no ambiente clínico, dentre outros possíveis ajustamentos que poderiam proporcionar uma psicoterapia mais inclusiva e efetiva.

## **2. O INDIVÍDUO SURDO, IDENTIDADES E CULTURA SURDAS**

A história dos surdos envolve marcos importantes, envolvendo lutas e conquistas. Desde a Grécia Antiga, as pessoas surdas já sofriam exclusão por parte da sociedade, sendo consideradas incapazes e não humanos, conforme traz Buzar (2015 apud ROSA, 2017, p. 14), por não desenvolverem a fala, tida como necessária para desenvolvimento do pensamento nesse contexto (AMORIM et al., 2017). Mesmo em outros períodos, a segregação permanecia por meio de discursos de caridade, filantropia, religiosos e médicos, na tentativa de enquadrar os surdos. Desta forma, eram excluídos e marginalizados, deixando de obter direitos e participações em questões políticas, culturais e sociais, justamente pelos estigmas de deficiência e incapacidade (ROSA, 2017).

Apesar disso, é importante destacar pessoas que foram relevantes na história do surdo, possibilitando grandes conquistas e contribuindo na formação da cultura surda em diversos lugares do mundo, como o pioneiro na educação dos surdos, o monge espanhol Pedro Ponce León (1520-1584), conhecido por ter sido o primeiro professor de pessoas surdas, que ensinou escrita, datilologia e oralização. Outro grande nome foi o francês Charles-Michel L'Éppé (1712-1789), o “pai dos surdos”, que trabalhou com surdos que viviam nas ruas de Paris em meio à miséria. Seu marco se deu principalmente por valorizar a língua gestual já usada pelos surdos, a partir da qual buscou desenvolver um método de aprendizagem, em que associava imagens e palavras com gestos. Influenciado pelos métodos europeus, o americano Thomas Gallaudet (1787-1851) foi um dos principais responsáveis pela educação dos surdos nos Estados Unidos (VASCONCELLOS, 2011). O Brasil também recebeu influência da França e do método de L'Éppé, quando o professor francês Ernest Huet, que era surdo, viaja para o Brasil e funda no Rio de Janeiro, em 1857, uma instituição importante e existente até os dias de hoje, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), onde foi possível maior propagação da língua de sinais no país (MATTIONI, 2018).

Porém, apesar dos avanços e triunfos, as lutas enfrentadas pelas comunidades surdas continuaram. Em 1880, oralistas, isto é, pessoas que defendiam a oralização de surdos, se reuniram no conhecido Congresso de Milão, a fim de proibir a utilização da língua de sinais (VASCONCELLOS, 2011). Isso

afetou até mesmo as comunidades surdas no Brasil. Por conta disso, inclusive, os aparelhos de amplificação sonora difundiram-se, exceto para pessoas com surdez profunda (ROSA, 2017). Ainda assim, os surdos lutavam contra o método oral, rompendo relações cada vez mais com os ouvintes, como foi o caso do evento de 1889, no Congresso Internacional de Surdos (VASCONCELLOS, 2011).

Esses e outros momentos de luta e sofrimento por conta preconceitos e exclusão se perpetuaram ao longo do tempo, como era o caso de instituições educacionais que proibiam os surdos de se comunicarem por meio de sinais, ao ponto de serem castigados, tendo suas mãos amarradas quando não obedeciam a essa imposição. Por conta disso, houve um tempo em que era preciso se esconder para fazer uso de sinais (GESSER, 2009).

A tentativa de incluir o surdo na sociedade a partir do ensino da oralização e “normalização” foi uma prática presente em diversos momentos da história, até mesmo no Brasil, e isso segue até os dias atuais (AMORIM et al., 2017). O modelo chamado de clínico-terapêutico, uma visão muito presente na medicina, é um exemplo de que, mesmo depois de anos de sofrimento histórico, existem intervenções clínicas com a finalidade de “corrigir” o erro e deficiência da surdez, por meio de reabilitação, ensino da fala e de leitura de lábios, uso de aparelhos e afins, já que a surdez nessa concepção é uma doença a ser curada, a fim de adaptar e aceitar o surdo na sociedade (CASALI, 2012).

Paralelo a esse histórico, segundo Sacks (2010 apud TOSTES, 2018, p.58), a Ilha de Martha 's Vineyard é conhecida como um lugar onde, há séculos atrás, os surdos eram não só incluídos, mas também onde a surdez era vista apenas como uma diferença, e não como deficiência. Havia um grande número de pessoas surdas habitando na ilha, e o “mundo dos surdos” acontecia de forma natural e cultural. Ouvintes e surdos se relacionavam normalmente, pois os ouvintes eram bilíngues (GESSER, 2009).

Diante deste exemplo, entende-se que muitos dos preconceitos e estigmas que existem em torno da surdez, como incapacidade, birra, agressividade, imaturidade, impulsividade e nervosismo, tem mais relação com o meio social e suas reações e inquietações diante da deficiência do que de fato com os indivíduos com surdez (SILVA; KAUCHAKJE; GESUELI, 2003).

Um dos principais fatores que influenciam a exclusão dos surdos na sociedade é a comunicação. Por muito tempo, a oralização foi defendida, de

modo a adaptar os surdos ao mundo dos ouvintes (SILVA; KAUCHAKJE; GESUELI, 2003), pois, no decorrer da história a ideia de que existe uma normalidade fez com que todo aquele que não se encaixasse nos padrões estabelecidos fosse colocado à margem da sociedade (PEREIRA; ARAÚJO; SILVA, 2020).

Porém, os meios para desenvolver a audição e fala dos surdos não foram bem-sucedidos. Por outro lado, os surdos que têm acesso à língua de sinais desde cedo, principalmente filhos de pais surdos, apresentam melhores desenvolvimentos cognitivo, afetivo e social. De acordo com estudos, o desenvolvimento intelectual e psíquico se desenvolve de forma superior em crianças surdas filhas de pais surdos, do que em crianças surdas filhas de pais ouvintes (SILVA; KAUCHAKJE; GESUELI, 2003), o que comprova que a deficiência orgânica, no caso a surdez, não prejudica o desenvolvimento cognitivo, se o indivíduo tiver um bom desenvolvimento social e cultural (TOSTES, 2018). Quanto à importância da aquisição de uma linguagem e sobre estar inserido em uma comunidade surda, Silva, Kauchakje e GesueLI trazem a seguinte contribuição:

Tendo uma linguagem interiorizada, o surdo poderá manifestar seus pensamentos, desejos, sentimentos e se comportar como qualquer pessoa. Se o surdo pertencer a uma comunidade de surdos, poderá se identificar com ela e ter os mesmos interesses e pontos de vista, se percebendo pertencente ao mundo dos surdos, mesmo sabendo que pode circular e ter os mesmos direitos dos ouvintes. Enfim, a única diferença do surdo seria fazer parte de uma minoria linguística (SILVA; KAUCHAKJE; GESUELI, 2003, p. 94).

Importante destacar que a língua atualmente usada pelas comunidades surdas no Brasil, Língua Brasileira de Sinais (Libras), é uma língua visuoespacial, que contém uma estrutura gramatical e transmite ideias e fatos, como é descrito na Lei Nº 10.436/02, que reconhece a Libras como um meio de comunicação (BRASIL, 2002).

A Libras não só possibilita a comunicação de pessoas surdas, como também é relevante na formação de identidade do indivíduo surdo. Portanto, as conquistas alcançadas pelas comunidades surdas interferem no sentimento de pertencimento do surdo e na forma como ele se percebe na sociedade e no mundo, como contribui Strobel (2008 apud CASALI, 2012, p.12).

Em se tratando de identidade, diferente do modelo clínico-terapêutico, o modelo socioantropológico traz a concepção de que a surdez não é uma

deficiência, mas uma diferença linguística e cultural, e o surdo que compreende desta forma, aceitando sua condição, fazendo uso da língua de sinais para comunicação, partilhando da cultura surda e fazendo parte de comunidades surdas, assume assim uma identidade surda. Tendo em vista as particularidades de cada indivíduo, existe não apenas uma identidade, mas diversas identidades surdas (TOSTES, 2018; ROSA, 2017).

Algumas identidades existentes são: a identidade política surda, em que o surdo é pertencente à cultura surda, atuando ativamente nas comunidades surdas, e ainda milita contra as práticas de normalização ouvintistas; a identidade surda híbrida, cujo sujeito ouvinte e natural da língua oral, por alguma razão, passa a ser surdo e se apropria da língua de sinais, sendo esta sua segunda língua; a identidade em transição ocorre com surdos que, só depois de um tempo, têm acesso à comunidade surda e, a partir de então, buscam modificar seu estilo de vida, por meio do aprendizado da língua de sinais, por exemplo - isso geralmente acontece nos casos de surdos filhos de ouvintes; e identidade flutuante ou incompleta, que se trata de surdos que se afastam da comunidade surda, aproximando-se da identidade ouvinte (EIJI, 2011).

### 3. DEMANDAS AFETIVAS DO SURDO

O psicólogo é capacitado para promover saúde mental, bem-estar psicológico, alívio de sofrimentos e, assim, sua atuação voltada para o público surdo torna-se necessária, tendo em vista sua pluralidade de identidades surdas existentes, os conflitos pessoais, familiares e sociais, além de todo sofrimento, isolamento e discriminação que são percebidos ao longo de sua história (PEREIRA; ARAÚJO; SILVA, 2020).

É importante considerar a forma como o profissional de saúde mental percebe o indivíduo surdo, para que não siga uma conduta semelhante à que vem sendo vista no percurso histórico, de exclusão e preconceito, como já mencionado. Vasconcellos (2011) traz algumas contribuições acerca de certas atitudes tidas como inadequadas que, segundo a autora, precisam ser reconsideradas pelo fato de fortalecerem os estigmas e a visão sociocultural preconceituosa. Por exemplo, ao atender o surdo, alguns profissionais agem como se o paciente fosse incapaz, ou deixam de agir com naturalidade, enfatizando a deficiência auditiva, ou ainda não levam em consideração a modalidade de comunicação utilizada pelo paciente surdo.

Por essas e outras razões, percebe-se a necessidade da capacitação e preparo de profissionais para o atendimento psicológico com surdos, visto que, assim como os ouvintes, enfrentam dificuldades e problemas psíquicos, tendo, porém, a surdez como diferencial. Inclusive, o espaço terapêutico - que é um local também de acolhimento - pela falta de psicólogos habilitados, acaba por reforçar a exclusão e isolamento desse público (PEREIRA; ARAÚJO; SILVA, 2020).

No atendimento psicológico com pessoas surdas, é importante compreender quais tipos de demandas surgem, embora nem sempre a surdez e dificuldades de comunicação tenha relação com os conflitos apresentados pelo paciente, isto é, não necessariamente a causa de angústias e outras dificuldades emocionais é o fato do indivíduo ser surdo. Em outras palavras, é imprescindível que o indivíduo seja visto para além da surdez, pois isto não resume quem ele é. Apesar disso, pesquisas mostram que, de fato, as principais queixas de pacientes surdos são de angústias geradas pela dificuldade em comunicar-se (TOSTES, 2018).



Neves, Zatti e Freitas (2019) apontam que, baseando-se em entrevistas, muitos surdos recorrem ao tratamento psicológico para lidar com conflitos familiares, amorosos, conflitos no âmbito escolar, ou demandas relacionadas à depressão, da mesma forma que ocorre com pacientes ouvintes. Mas, entrando em conformidade com o que fora dito anteriormente, Tostes discorre sobre a condição de ser surdo ter grande relação com as principais queixas que os pacientes surdos apresentam:

Assim, as vivências de cada surdo são únicas, bem como suas angústias são particulares, afinal é um ser humano que tem o direito de viver dramaticamente, lutando pelos seus desejos de bem-estar. E ao mesmo tempo, os surdos, agora tomados de maneira geral, inevitavelmente sofrem marcas de conflitos linguísticos, culturais e emocionais, mesmo aqueles que crescem entre falantes da língua de sinais, já que se trata de uma língua de minoria. Nesse sentido, as diferentes posições sociais e o drama de cada um chegam ao psicólogo e demandam atenção (TOSTES, 2018, p. 87).

Dentre as possíveis demandas que podem surgir, o contexto familiar em que o surdo vive merece atenção, uma vez que a forma como a família recebe o diagnóstico da surdez e como estabelece o vínculo com o surdo pode interferir grandemente na afetividade desse sujeito, acarretando impactos psicológicos significativos, e até mesmo influenciando futuramente na forma como o surdo se vê no mundo. Afinal, ao receber uma criança surda na família, podem surgir sentimentos de frustração, pois é comum que a família idealize e crie expectativas de como o bebê virá. Outros sentimentos que podem suceder são negação, medo, insegurança, além de preocupações sobre como lidar com a nova realidade (SILVA; KAUCHAKJE; GESUELI, 2003).

Nesse sentido, a relação do psicólogo com a família do paciente pode ser necessária em alguns contextos para oferecer suporte e orientação aos pais e familiares (NEVES; ZATTI; FREITAS, 2019). Ou ainda nos casos em que o surdo não se comunica nem em Português, nem em Libras, mas fazendo uso de uma língua de sinais caseira, isto é, uma comunicação própria entre a família, conforme relato apresentado por Casali (2012).

A demanda dos conflitos de identidade também é notável. Existem dilemas relacionados ao implante coclear, à língua que se faz uso, à participação ou não na comunidade surda, à forma de se enxergar no mundo, e outros fatores relacionados (GESSER, 2009). Baseado nos tipos de identidades surdas que foram antes citadas (híbridas, políticas, de transição e flutuante), percebe-se que

existem surdos que são criados em um contexto de reabilitação, outros que estão inseridos desde sempre em comunidades surdas, dentre outras possibilidades. Muitas vezes, a forma como o surdo vive é totalmente influenciada pela família e/ou profissionais da saúde. Por exemplo, muitas famílias não têm informações acerca das comunidades surdas, e não são motivadas a buscarem pela inclusão do surdo em uma língua e cultura que lhe é mais natural (TOSTES, 2018).

O uso de aparelho auditivo, por exemplo, é uma tentativa de adequar o surdo ao mundo ouvinte, geralmente recomendado por médicos. Mas, segundo relatos de pessoas surdas, o aparelho pode ser muito incômodo, até porque não possibilita o surdo de ouvir da mesma forma que o ouvinte ouve. Os aparelhos auditivos são, de acordo com entrevistados, desconfortáveis e ruidosos. Importante salientar que não são todos os surdos que rejeitam o aparelho auditivo, tanto que alguns optam por fazer uso contínuo (GESSER, 2009).

O fato é que, embora os familiares e profissionais da saúde, principalmente sendo ouvintes, façam a escolha inicial da modalidade de comunicação do surdo - visuomanual, ou visuoespacial, como é mais conhecido, como a Libras, ou audioverbal, como o Português -, no futuro o próprio surdo pode vir a modificar sua língua e, conseqüentemente, sua identidade (SANTANA, 2007). Isso inclui a possibilidade de pessoas surdas não aceitarem sua condição surda, como pode ser observado na identidade surda flutuante ou incompleta. À estes, o termo “deficiente auditivo” ou “pessoa com deficiência auditiva” é utilizado, que ocorre quando as pessoas realmente consideram a surdez uma deficiência a ser corrigida, focando em uma perspectiva orgânica, biomédica (MACÊDO; TORRES, 2015).

Outro ponto importante a ser considerado é referente a demandas físicas, ou seja, patologias associadas à surdez. Existem diferentes tipos de surdez, podendo ser condutiva, neurossensorial ou ambas (GESSER, 2009). A perda auditiva condutiva pode ocorrer, por exemplo, em casos de malformação no ouvido externo ou infecções no ouvido médio. No caso da perda auditiva neurossensorial, a cóclea ou o nervo auditivo podem ser afetados (LEYSER, 2019). Em algumas situações, há sequelas neurológicas ou cegueira associadas à surdez, por exemplo. Existem também diferentes graus de surdez: leve, moderado, severo e profundo. Todos esses elementos tornam-se relevantes, pois podem explicar a forma como o surdo se relaciona consigo e com as pessoas ao

seu redor, além de levar o psicólogo a refletir sobre a maneira mais adequada para interagir com o indivíduo, considerando suas condições físicas também (CASALI, 2012).

Quanto à realidade do surdo e outras possíveis demandas afetivas, um grande sofrimento percebido é a exclusão social no cotidiano, que ainda se mantém. Marin e Góes (2006) apresentam depoimentos de pessoas surdas sobre suas dificuldades diárias em diversos ambientes, revelando barreiras que limitam a acessibilidade e inclusão desses sujeitos. Existe grande dificuldade para serem inseridos no mercado de trabalho e, quando conseguem, ainda encontram barreiras comunicacionais, interpessoais e dificuldades em conseguir cargos que não sejam inferiores. Ainda, nota-se grande limitação ao transitarem em locais como bancos, comércio, igrejas, teatro e outros espaços de lazer, delegacia, hospitais e outros atendimentos à saúde.

Fazendo um adendo a respeito da dificuldade comunicacional na área da saúde, é necessário que o psicólogo esteja atento aos surdos que chegam com diagnósticos dados por outros profissionais, que podem estar equivocados pelo desconhecimento do mundo surdo. Um surdo, por exemplo, pode demonstrar agressividade e nervosismo ao tentar comunicar algo e não ser compreendido, e tais comportamentos serem interpretados como parte de um transtorno (NEVES, 2018).

Apesar de haver legalmente a garantia da presença de intérpretes de Libras não só nesses locais, mas em diversos lugares públicos e privados (BRASIL, 2002), tal lei é negligenciada, dificultando ainda mais a inserção de pessoas surdas nesses espaços (NEVES, 2018). A solução que muitos surdos encontram é pagar por intérpretes ou levar algum acompanhante conhecido, o que pode causar constrangimento, dependendo da situação (NÓBREGA, 2010).

A dependência de terceiros pode afetar a autoestima e autonomia do indivíduo surdo. Este e outros cenários podem gerar conflitos internos que são manifestados em comportamentos que, muitas vezes, a sociedade utiliza para estigmatizar o surdo, como nervosismo e agressividade, incapacidade intelectual, egocentrismo e intolerância (GONÇALVES, 2012). Cabe ao psicólogo investigar o contexto e buscar compreender profundamente o indivíduo, como ele se vê, como se sente e quais são suas demandas.

Logo, conforme as necessidades e vivências do sujeito surdo, o manejo clínico na psicoterapia pode contribuir no desenvolvimento da sua autonomia, empoderamento e autoestima, considerando sua singularidade. Vale ressaltar a importância de se aprofundar na cultura surda, ou seja, além do conhecimento da Libras, compreender as várias possibilidades do ser surdo (TOSTES, 2018).

#### 4. ADEQUAÇÕES DA PSICOTERAPIA CLÍNICA PARA SURDOS

De acordo com Gonçalves (2012), ainda que os surdos sofram angústias, conflitos e problemas da mesma maneira que os ouvintes, uma das principais dificuldades que enfrentam é a escassez de atendimentos psicológicos adaptados, que atendam suas peculiaridades e necessidades, ajudando-os a lidar com suas emoções. Em vista disso, é preciso pensar em quais recursos e estratégias podem ser utilizados para uma intervenção psicológica de qualidade, dentre outras adequações necessárias para que o surdo seja atendido de forma efetiva.

Uma pesquisa revelou que muitos indivíduos surdos recorrem ao atendimento à saúde, não apenas psicológico, sendo que 44,59% das pessoas entrevistadas buscaram por serviços públicos nos últimos anos, e 47,3% pelos serviços particulares. Desse grupo, alguns surdos manifestaram a preferência de profissionais que os atendessem utilizando a língua de sinais, proporcionando, assim, independência e privacidade. O estudo realizado constatou que a maioria não estava satisfeita com os atendimentos, principalmente pelo fato da comunicação não ter sido bem-sucedida, mesmo em casos onde havia a presença de um intérprete. Por fim, observou-se a importância de utilizar estratégias que tornem o atendimento à saúde integral e acessível (REZENDE; GUERRA; CARVALHO, 2020). Desse modo, é possível perceber que muitos profissionais de saúde mental não possuem preparo e capacitação necessários para o atendimento desses pacientes. Pereira, Araújo e Silva trazem a seguinte contribuição:

Existe uma carência muito grande de profissionais habilitados para atender esse público, por isso, pacientes que tem essas disfunções, acabam se sentindo isolados justamente no espaço onde deveria haver inclusão, neste sentido fica visível a necessidade de atuação de profissionais habilitados e receptivos para promoverem um acolhimento estável (PEREIRA; ARAÚJO; SILVA, 2020, p. 4).

Alguns fatores que justificam a falta de profissionais habilitados são a falta de oferta de disciplinas e cursos sobre psicoterapia com surdos, a escassez de materiais de pesquisas sobre o assunto, além da falta de interesse ou desconhecimento por parte de muitos profissionais (PEREIRA; ARAÚJO; SILVA, 2020). Os cursos de graduação em Psicologia, conforme os materiais consultados, não têm a disciplina de Libras como obrigatória. Quando ofertada, a

disciplina mostra-se insuficiente, tanto pela baixa carga horária, como pelo conteúdo básico. Inclusive, uma boa capacitação deve não apenas contemplar a Língua Brasileira de Sinais, como também a cultura surda e, ainda, termos específicos da área profissional, a fim de possibilitar uma comunicação efetiva entre paciente e profissional, como também de transmitir informações relevantes sobre saúde (BERNARDO et al, 2020). O ideal, então, seria dispor de cursos desde a graduação até uma possível educação continuada referente à língua de sinais e cultura surda (REZENDE; GUERRA; CARVALHO, 2020).

Quanto à atuação, pelo menos nos serviços públicos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), há respaldo no Decreto de lei 5.626 de 22 de dezembro de 2005, no artigo 25, de que o surdo deve receber atendimento e tratamento de forma integral e adequada (BRASIL, 2005). Diante disso, espera-se que os profissionais da saúde estejam aptos para cumprimento do decreto. No entanto, o que acontece é que a maioria dos profissionais dependem do auxílio de um familiar ou intérprete como mediadores na relação entre terapeuta-paciente (TOSTES, 2018).

Pensando especialmente no contexto de psicoterapia clínica, por mais válido que seja o suporte de intérprete ou familiar, visto a falta de profissionais capacitados, a presença de uma terceira pessoa pode interferir no processo terapêutico (TOSTES, 2018). O mediador dessa comunicação pode não ser capaz de decifrar e transmitir de forma fidedigna o que está sendo dito, por envolver questões subjetivas do paciente, ou ainda pode ter seus sentimentos pessoais interferindo na sua interpretação. Decerto, o contato direto do psicólogo com o paciente é importante para que o vínculo terapêutico seja formado (ROSA, 2017).

O conhecimento e domínio da Libras se faz necessário para que a comunicação - essencial na psicoterapia e no processo de inclusão - seja eficaz. No processo terapêutico, o paciente precisa ser compreendido e compreender o que o terapeuta tem a dizer (CASALI, 2012). Pode acontecer de o psicólogo não ser claro no que comunica, ou do paciente surdo desconhecer algum sinal ou termo utilizado. O profissional deve estar atento e ser sensível para perceber como o paciente se comporta e se expressa, se parece compreender ou não o que é transmitido, procurando sempre ser claro em suas palavras ou sinalização. O contrário também pode ocorrer, quando o psicólogo não compreende o que o

surdo está tentando comunicar. Novamente, cabe ao psicólogo alcançar a fluência na língua e fortalecer a aliança terapêutica, facilitando a espontaneidade, abertura e vínculo (ROSA, 2017).

Considerando ainda o fato do surdo ter uma linguagem visuo-espacial, o psicólogo deve manter sempre o contato visual, sem desviar o olhar. Da mesma forma, caso o paciente faça leitura labial, o profissional deve oralizar com calma para que o surdo compreenda as palavras ditas. Se porventura o paciente souber oralizar, ler lábios e sinalizar, é importante que o psicólogo busque saber qual modalidade o sujeito prefere utilizar (OLIVEIRA, 2014).

A adequação não deve ser apenas dentro do consultório onde o surdo será atendido, mas em todo o espaço clínico. O paciente ou cliente surdo deve ser bem tratado da mesma forma que as demais pessoas recebidas na clínica. O ideal é que os outros profissionais tenham conhecimento de informações básicas sobre o surdo e sua cultura, bem como de sinais básicos para uma comunicação informativa e receptiva, de forma que o surdo se sinta acolhido e respeitado. Quando necessário chamá-lo, não havendo possibilidade de sinalizar com a luz, ou enviar mensagem, deve-se tocá-lo ou movimentar as mãos até ganhar sua atenção (OLIVEIRA, 2014).

Para que o atendimento clínico seja mais humanizado e acessível, algumas adaptações devem ser feitas, conforme a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15), onde é garantido o direito por espaços adequados para atender toda a diversidade, como também da acessibilidade comunicacional, dentre outros direitos (BRASIL, 2015). Nesse sentido, a forma como os itens da sala de atendimento fica dispostos pode interferir na psicoterapia. O uso do divã, por exemplo, não seria possível, já que o psicólogo precisa estar de frente para o paciente para que a comunicação aconteça - tanto na modalidade de sinalização, como de leitura labial. Outro item seria o uso de cortinas nas janelas do consultório como alternativa para que não seja visto de fora o que é sinalizado na sala, a fim de assegurar o sigilo, garantido pelo Código de Ética do Psicólogo (PEREIRA; ARAÚJO; SILVA, 2020). A boa iluminação na sala também é um elemento importante, visto que garante melhor visualização na comunicação (OLIVEIRA, 2014).

Ainda, uma estratégia a ser considerada para adequação do atendimento é a forma de notificar o paciente quando for possível entrar na sala. Uma

possibilidade é utilizar placas na porta, que indique se a entrada é livre ou se é necessário aguardar (OLIVEIRA, 2014). Outros recursos para tal situação, são as mensagens no celular ou o uso de uma campainha de luz na sala de espera. O uso da tecnologia pode ser proveitoso de diversas maneiras pelo psicólogo, tanto para comunicação, quanto para outras formas de intervenção (SILVA; KAUCHAKJE; GESUELI, 2003).

Juntamente, o aproveitamento de outros recursos visuais, como vídeos, imagens, figuras, infográficos, desenhos e mapas, também pode tornar o processo terapêutico mais acessível e eficaz (PEREIRA; ARAÚJO; SILVA, 2020). Os meios tecnológicos são indispensáveis também quando for preciso contactar o profissional ou vice-versa, por exemplo para marcação de consulta, seja através de *Whatsapp* ou outros meios pelos quais seja possível enviar mensagens, ou até mesmo pela *Webcam* (NÓBREGA, 2010).

As estratégias com recursos visuais e manuais valorizam a principal modalidade de comunicação do surdo, a língua visual-motora, mas não só isso. O próprio psicólogo precisa compreender que suas expressões faciais e corporais também comunicam, inclusive fazem parte da gramática da Libras, e devem ser exploradas com a finalidade de transmitir informações com êxito (CASALI, 2012).

As questões básicas de uma psicoterapia não diferem muito entre o surdo e o ouvinte. As durações das sessões, por exemplo, não precisam ser modificadas. Mas, um ponto a se considerar no atendimento ao surdo, é sobre a cobrança, levando em conta a dificuldade de muitos surdos entrarem no mercado de trabalho, como já mencionado, e, quando inseridos, a remuneração não é favorável, deixando-os em uma condição financeira precária. Alguns psicólogos experientes no atendimento de pessoas surdas relatam que, na maioria dos casos, é necessário fazer um valor acessível (NEVES, 2018).

Ainda que o espaço terapêutico acessível demande de adaptações, a psicoterapia em si em nada deve ser diferente da forma como é aplicada com pacientes ouvintes. O acolhimento dos sofrimentos, a escuta, o *rapport*, as informações essenciais sobre o funcionamento dos atendimentos, a estrutura das sessões, o contrato terapêutico, e todos os demais conceitos básicos da psicoterapia devem ser desenvolvidos sem distinção (ARANTES E VITORIANO, 2016 apud ROSA, 2017, p. 33).



Enfim, conforme exposto até aqui, a psicoterapia clínica, sendo uma prática que trabalha colaborativamente com o paciente, buscando a resolução de conflitos psíquicos, facilitando também o autoconhecimento, possibilitando a expressão dos sentimentos e pensamentos, deve tornar-se acessível a todas as pessoas, oferecendo dignidade e respeito, de modo a permitir que, independente das diferenças, qualquer indivíduo consiga alcançar e compreender àquilo que a psicoterapia pode proporcionar (ROSA, 2017).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado neste trabalho, foi possível compreender a necessidade e importância da adequação do atendimento psicológico clínico com surdos, além de compreender como se dá tal adequação, através da pesquisa bibliográfica realizada. O trabalho se desenvolveu, então, em três capítulos, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos. O primeiro capítulo buscou esclarecer quem é o sujeito surdo. Logo em seguida, buscou-se aprofundar nas questões afetivas que os surdos comumente apresentam e, por fim, foi feita uma descrição de adaptações necessárias, a fim de incluir o surdo na psicoterapia clínica de forma digna e respeitosa.

Sendo assim, para discorrer acerca do atendimento psicológico ao surdo, fez-se necessário antes conhecer quem é o surdo e todos os aspectos referentes a esses indivíduos, de modo que observou-se grande histórico de sofrimento sociocultural, com preconceitos e discriminações. Pôde-se perceber, ainda, a forma como a cultura surda foi sendo formada com o passar do tempo, por meio da luta por direitos, pelo reconhecimento de uma língua própria, além de particularidades, como as diversas identidades observadas entre os surdos.

Por tudo que o surdo vivenciou ao longo do tempo, e ainda atualmente, mediante os desafios que fazem parte do ser surdo, este trabalhou buscou apreender quais as possíveis demandas emocionais que os pacientes surdos podem apresentar. Nesse caso, compreendeu-se a importância de considerar a família em que os surdos estão inseridos, a forma como se vêem, os casos de demandas físicas, a realidade social e suas barreiras, as dificuldades de inserção na sociedade, como no mercado de trabalho, os estigmas que colaboram com o preconceito, além de conflitos internos.

Diante da realidade apresentada sobre o surdo, foi relevante discorrer sobre quais adequações poderiam ser feitas no atendimento psicológico clínico, com intuito de incluir, acolher e trabalhar com o paciente surdo de forma efetiva. Assim, além da necessidade do preparo do profissional, o qual deve conhecer a língua usada pela maioria dos surdos, como também obter o conhecimento sobre a cultura surda, observou-se a importância de adaptar o ambiente clínico em sua estrutura e, ainda, fazer uso de recursos que tornem a psicoterapia ainda mais acessível.

Portanto, a inclusão do surdo na psicoterapia clínica depende de vários fatores que devem ser atentados pelos psicólogos, uma vez que acredita-se na importância e no direito de todas pessoas receberem um atendimento humanizado e digno, sabendo que cada indivíduo possui suas individualidades, que devem ser respeitadas, acolhidas e, para isso, muitas vezes, as adequações são necessárias. Dessa maneira, o foco deste estudo foi oportunizar uma reflexão sobre a inclusão do surdo no contexto clínico, sabendo-se da relevância de que profissionais da saúde mental aprendam e busquem mudanças em prol dos surdos, estrangeiros em seu próprio país.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Gildete da Silva; MARQUES, Thaís; RIBEIRO, Romulo; CRUZ, Ana Carolina. Formação surda em Psicologia: Que vozes estamos ouvindo?. **ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes**. Niterói - RJ, ano 2017, p. 536-552, 6 jul. 2017. Disponível em: [https://nuedisjornadacientifica.weebly.com/uploads/1/0/5/0/105033325/46\\_forma%C3%A7%C3%A3o\\_surda\\_em\\_psicologia\\_que\\_vozes\\_estamos\\_ouvindo.pdf](https://nuedisjornadacientifica.weebly.com/uploads/1/0/5/0/105033325/46_forma%C3%A7%C3%A3o_surda_em_psicologia_que_vozes_estamos_ouvindo.pdf). Acesso em: 26 ago. 2021.

BERNARDO, Lucas Andreolli et al. **Potências e limites no cotidiano da formação acadêmica no cuidado à saúde da pessoa surda**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0341>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 25 mar. 2022.

BRASIL. IBGE. (org.). **Deficiência auditiva (null)**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,-3,128&ind=4643>. Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Língua Brasileira de Sinais - Libras**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em 15 out. 2021.

BRASIL, Lei nº 13.146/15, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) Acesso em: 06 out. 2021.

CASALI, Débora. **O atendimento psicológico ao surdo usuário da Libras no município de Itajaí - SC**. 2012. 82f. Dissertação (mestrado profissional em Saúde e Gestão do Trabalho) - Universidade do Vale de Itajaí, Programa de Mestrado Profissionalizante em Saúde e Gestão do Trabalho, Itajaí - Santa Catarina, 2012.

EIJI, Hugo. Identidades Surdas. **Cultura Surda**, 2011. Disponível em: <https://culturasurda.net/identidades-surdas/>. Acesso em: 17 mar. 2022.

GESSER, Audrei. **LIBRAS?: que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GONÇALVES, Paulo Cesar da Silva. Atendimento Psicológico para Surdos. **Revista Virtual Cultura Surda**, n. 9, 2012. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/edicao/48>. Acesso em: 22 mar. 2022.

LEYSER, Kevin Daniel dos Santos. **Psicologia da educação dos surdos**. Indaial: UNIASSELVI, 2019.

MACÊDO, Ludmilla da Silva; TORRES, Claudia Regina Vaz. **Psicologia Inclusiva: Recurso para a Intervenção Psicológica Com Surdos. I Seminário Luso-brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão**. Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-10/completo-7.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021

MARIN, Carla Regina; GÓES, Maria Cecília Rafael de. A experiência de pessoas surdas em esferas de atividade do cotidiano. **Cadernos CEDES** [online]. 2006, v. 26, n. 69, pp. 231-249. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000200007>. Acesso em: 01 abr. 2022.

MATTIONI, Denise. **Reflexões Sobre o Atendimento à Pessoa Com Surdez: Desafio para à Psicologia**. 2018. 33f. Trabalho de Conclusão (Bacharel em Psicologia). Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Ijuí, Rio Grande do Sul, 2018.

NEVES, Juliana Torres Porto das. **Psicoterapia Psicanalítica com pacientes surdos: um estudo qualitativo sobre características e adaptações técnicas da prática**. 2018. 77f. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria e Ciências do Comportamento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2018.

NEVES, Juliana Torres Porto das; ZATTI, Cleonice; FREITAS, Lúcia Helena Machado. A Psicoterapia Psicanalítica com pessoas surdas: peculiaridades e aproximações. **Revista brasileira de psicoterapia**. Porto Alegre. v. 21, n. 1, p. 39-51, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/230794>. Acesso em: 07 set. 2021.

NÓBREGA, Juliana Donato. **O mundo dos surdos: representações, cotidiano e políticas públicas**. 2010. 84 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará. 2010.

OLIVEIRA, Délio Henrique Delfino de. **Escuta clínica e atitude fenomenológica no atendimento à pessoa surda: reflexões sobre um processo psicoterápico**. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 2014.

PEREIRA, Vanessa Alves; ARAUJO, Karoliny Vilela; SILVA Jucineide Lima de Almeida. Psicoterapia para pessoas com surdez: um processo de inclusão. **Revista Científica Novas Configurações-Diálogos Plurais**, v.1, n.3, pp. 20-30, 2020. Disponível em: <http://www.dialogosplurais.periodikos.com.br/article/603c33c2a9539528a40acf22>. Acesso em: 11 out. 2021.

REZENDE, Regiane Ferreira; GUERRA, Leonor Bezerra; CARVALHO, Sirley Alves da Silva. Satisfaction of deaf patients with the health care. **Revista CEFAC** [online]. 2020, v. 22, n. 5. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0216/20202258119>. Acesso em: 07 set. 2021.

ROSA, Patrícia. **No Encontro Intercultural, o Encontro Terapêutico: Prática Clínica com Surdos**. 2017. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul - Rio Grande do Sul, 2017.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: Aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria. **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

TOSTES, Raissa Siqueira. **A atuação de psicólogo bilíngue no atendimento terapêutico à pessoa surda**. 2018. 138 f. Dissertação (mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos, 2018.

VASCONCELLOS, Elen Nunes Franklim de. A psicoterapia numa visão transformadora e democrática no tratamento com pessoas portadoras de deficiência auditiva. In: HARARI, Cláudia Durce Alvernaz; MASCARENHAS, Wilma Fernandes (orgs.). **Experiências em Psicologia e políticas públicas: Caderno do III Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira**. Rio de Janeiro, CRP 05, 2011, pp. 23-36.